



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

Pregão Presencial Nº011/09

Processo Nº 011/09

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, através do Sr. Pregoeiro e demais membros da equipe de apoio designados pela Portaria nº 03 de 16 de Março de 2.009, torna público, para conhecimento de quantos possam interessar, que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666 de 21.06.1993, bem como, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520 de 17.07.2002, Lei Complementar 123/2006 e demais normas complementares, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO (presencial), pelo critério de julgamento do tipo menor preço global, sob o regime de execução indireta, de acordo com as cláusulas a seguir descritas:

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa prestadora de serviços de vigilância armada e desarmada, destinados a atender as Agências de Serviços de Emprego da CNTM, de acordo com as especificações constantes no ANEXO I deste Edital, cuja sessão de abertura se dará na data de **18/06/09 às 9:00 horas**, na Rua Galvão Bueno, 782, 1º subsolo, sala da administração, Liberdade – São Paulo (SP).

2. DO EDITAL

- 2.1. O EDITAL poderá ser retirado até o último dia útil que anteceder a data de abertura da Licitação, das 8:30 às 16:30 horas, na Rua Galvão Bueno, 782 – 1º subsolo – Liberdade, sendo que não serão enviadas cópias pelo correio, e-mail ou fax.

3. DAS INFORMAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS SOBRE A LICITAÇÃO

- 3.1. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, serão prestados pela CNTM – Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, na Rua Galvão Bueno, 782, 1º subsolo, sala da administração, Liberdade, São Paulo (SP), de 09:00 às 12:00 horas e de 14:00 às 16:00 horas, local onde existe uma cópia do texto integral da Licitação. Não serão prestadas informações por telefone, fax ou e-mail.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

- 4.1. Conhecer todas condições estipuladas no presente Edital e apresentar documentos exigidos;
- 4.2. Não serão admitidas à licitação pessoas físicas ou jurídicas reunidas em consorcio;
- 4.3. Não poderá participar da licitação a prestadora de serviços que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou haja sido suspensa de licitar pelo Ministério e Emprego e/ou declarada inidônea por qualquer órgão público Federal;
- 4.4. Qualquer manifestação em relação à presente licitação fica condicionada à apresentação de documento de identificação e Instrumento Público ou Particular de Procuração, com firma reconhecida, e, em sendo sócio da empresa, deverá apresentar o Contrato Social juntamente com o documento de identidade.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

5. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do EDITAL de Licitação perante a CNTM a licitante que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura do certame, nos termos do artigo 41 parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.

6. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

6.1. A empresa proponente deverá apresentar credenciamento junto ao (a) Pregoeiro (a) por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo ainda, no ato de credenciamento, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente e o Contrato Social da licitante.

6.2. O credenciamento far-se-á por um dos seguintes meios:

6.2.1. Instrumento público de procuração, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado, para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recursos, com prazo de validade em vigor;

6.2.2. Instrumento particular de procuração, com firma reconhecida, pelo qual a empresa licitante tenha outorgado poderes ao credenciado para representá-la em todos os atos do certame, em especial para formular ofertas e para recorrer ou desistir de recursos (modelo referencial de credenciamento – ANEXO II deste Edital), acompanhado dos documentos a seguir arrolados, de forma a comprovar que a procuração foi feita por quem tinha poderes para tanto.

6.2.3. Quando o credenciamento for conferido por procurador da licitante, deverá ser, ainda, juntada cópia autenticada do instrumento de procuração, do qual não deve constar vedação expressa da possibilidade de substabelecer.

6.2.4. Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, pelos documentos acima arrolados que comprovem estas qualidades, bem assim seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.2.5. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa neste prego, sob pena de exclusão sumária das representadas.

6.2.6. Os documentos supracitados poderão ser apresentados no original ou por cópia reprográfica autenticada ou, ainda, por cópia simples que será autenticada por qualquer membro da equipe de apoio, mediante apresentação do original e que serão retidos pelo Pregoeiro, para oportuna juntada no processo administrativo pertinente a esta licitação.

7. DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O envelope nº 1 – Proposta - deverá ter, anexada à sua face externa, declaração da proponente dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, de acordo com o modelo – ANEXO IV deste Edital.

7.2. A não apresentação da declaração implicará o não recebimento dos envelopes 01 e 02 e o impedimento de participação no certame.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

7.3. As licitantes microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que pretendam apresentar sua regularidade fiscal com alguma restrição, nos termos da Lei Complementar 123/06, deverão apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, posto que deste edital constam às exigências próprias para quem pretender se utilizar deste benefício, ficando, portanto, implícita a ressalva da possibilidade de apresentação de documentação afeta à regularidade fiscal com restrição e posterior regularização.

7.4. Na preparação de sua proposta comercial, o licitante deverá consignar preços correntes de mercado, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

7.5. A proposta deverá:

7.5.1. Ser apresentada em 1 (uma) via original, que poderá ser elaborada um formulário que segue como ANEXO II deste edital em papel timbrado da empresa licitante, com o mesmo teor do citado anexo, mantendo a ordem dos itens conforme apresentados no ANEXO I, redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador;

7.5.2. Indicar nome/razão social da proponente, inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda, seu endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver, bem como o nome, números de CPF e RG, e cargo de seu representante legal/procurador;

7.5.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com até duas casas decimais nos valores unitários e o valor global em algarismos e por extenso.

7.5.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

7.5.5. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.

7.5.6. Independente da declaração expressa, a apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estabelecidas neste Instrumento, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no seu preâmbulo.

7.5.7. Não serão aceitos pleitos de acréscimos, a qualquer título, nos preços ofertados.

7.5.8. Indicar prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação, não podendo haver aumento de preço se ocorrer, com anuência da proponente, dilação do prazo de validade de proposta.

8. DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1. Documentação relativa à HABILITAÇÃO JURÍDICA:

8.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual ou,

8.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

8.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.2. Documentação relativa à REGULARIDADE FISCAL:

8.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.2.2. Prova de Inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.3. Prova de regularidade para com as fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.4. Certificado de Regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

8.2.5. Certidão de Inexistência de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social – CND;

8.2.6. Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;

8.3. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.3.1. Um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a boa execução de fornecimento do objeto em questão, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.3.2. Termo de que efetuou a vistoria prévia, preenchido e assinado pelo responsável técnico da licitante e pelo funcionário da CNTM referente aos prédios, onde conste expressamente que tomou conhecimento dos serviços a serem executados, bem como das peculiaridades de cada local objeto dos mesmos, na forma do Anexo VII deste Edital. Em nenhuma hipótese será aceita alegação posterior de licitante, de que desconhecia peculiaridades e/ou dificuldades para implantação/execução dos serviços objeto do presente certame.

8.3.3. A vistoria técnica será realizada na terça-feira no dia **09/06/2009**, impreterivelmente, no horário **das 8:00 as 11:00 horas**, para todas as licitantes, nas agências de emprego da CNTM;

Unidade **CST Liberdade**: Rua Galvão Bueno, 782, 1º Sub-solo, Liberdade São Paulo/SP

Unidade **CST Santo Amaro**: Rua Barão de Rio Branco, 864, Santo Amaro/SP;

8.3.4 - Certidão de registro no Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho – SESMT – da Delegacia Regional do Trabalho do Estado de São Paulo, de acordo com o Artigo 162 da CLT, de 22 de dezembro de 1977, regulamentada pela NR4 da portaria nº 3.214/78.

8.3.5 – Autorização definitiva em nome da empresa, de funcionamento das Estações Portáteis de Sistema de Rádio Comunicação e emitida pela Agencia Nacional de Telecomunicações – ANATEL (no Estado de São Paulo), ou Contrato com Prestadora de Serviços, conforme dispõe o inciso XIII do artigo 8º da Portaria 387/2006, DG/DPF de 28/082006.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

8.3.6 – Relação e declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e pessoal técnico adequado e necessário a realização do objeto desta licitação.

8.3.7. - Comprovação de possuir Centro de Formação e Treinamento de Vigilantes, de que está devidamente conveniado com empresa especializada em Cursos de Formação e Treinamento de Vigilantes, legalmente autorizada a funcionar pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria de Segurança Pública do Estado, mediante apresentação das respectivas autorizações para funcionamento e Certificado de Segurança do MJ/PDF/SP;

8.4. Documentação relativa à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

8.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.4.2. Demonstração, em folha isolada, de que a licitante possui índice de liquidez corrente (ILC), índice de liquidez geral (ILG) e endividamento (E), calculados a partir do balanço patrimonial do último exercício social, de acordo com as seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

8.4.3. Serão inabilitadas as empresas que apresentarem resultado igual ou menor do que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem anterior;

8.4.4. Se necessário, o Pregoeiro solicitará o envio de cópia autenticada do Balanço Patrimonial, inclusive do Termo de Abertura e Encerramento devidamente registrado na Junta Comercial, que deverá ser entregue juntamente e da mesma forma que os documentos de habilitação, estabelecida no item 03 deste Edital, sob pena de inabilitação;

8.4.5. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

8.5. DECLARAÇÕES A SEREM APRESENTADAS:

8.5.1. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme dispõe o artigo 27, V da Lei 8.666/93, conforme modelo contido no ANEXO VI.

8.5.2. Declaração, sob as penas da Lei, da inexistência de fatos impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, observando-se o modelo apresentado no ANEXO IV.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

8.5.3 Autorização para Funcionamento, em nome do licitante, emitido pelo Ministério da Justiça e revisão desta, com validade na data da apresentação; e

8.5.4 Certificado de Segurança, em nome do licitante, emitido pela Superintendência Regional no Estado de São Paulo do Departamento de Polícia Federal, com validade na data da apresentação;

8.5.5 Certificado de Regularidade de Situação de Cadastramento perante a Divisão de Registros Diversos da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em nome do licitante.

9 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

9.1. Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia autenticada ou publicação em órgão de Imprensa Oficial, devendo os documentos, preferencialmente ser relacionados, separados e colecionados na ordem estabelecida neste EDITAL.

9.2. Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar de sua expedição.

9.3. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

9.4. A aceitação dos documentos obtidos via Internet ficará condicionada à confirmação de sua validade, também por esse meio, pela Comissão de Apoio ao Pregoeiro.

9.5. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente com o nº. CNPJ e endereço respectivo:

- a)** se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b)** se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, e,
- c)** se a licitante for a matriz e a fornecedora for a filial ou vice-versa, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial simultaneamente.

9.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

9.7. Na eventualidade de ser apresentado algum documento em língua estrangeira, deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o nosso idioma, feita por tradutor público juramentado.

9.8. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

9.9. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o Pregoeiro considera o proponente inabilitado.

10 - PROCEDIMENTOS PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

10.1. Sendo o licitante do menor preço não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto. Na hipótese em que o preço ofertado por uma



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

microempresa ou empresa de pequeno porte tiver valor superior em até 5% (cinco por cento) ao menor preço efetivo verificado durante os lances, será oferecida a preferência de contratação para a microempresa ou empresa de pequeno porte, respeitando o seguinte procedimento:

- a. No caso de empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para, em até cinco minutos, apresentar nova proposta de preço, que deverá ser inferior a menor oferta apresentada no certame, situação em que, sendo de fato ofertado valor inferior, será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, desde que atendidas as demais exigências previstas em edital.
- b. Não havendo interesse por parte da micro ou pequena empresa em ofertar novo valor ou não ocorrendo à contratação por qualquer motivo, serão convocadas as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem nos limites estipulados no parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- c. No caso de equivalência (empate real) dos valores apresentados pela microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrem nos limites estipulados no parágrafo 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio entre elas para identificar aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta, situação em que, exercendo a microempresa ou empresa de pequeno porte sorteada tal direito, será adjudicado em seu favor o objeto da licitação, desde que obedecidas as demais condições previstas em edital.
- d. Não havendo a contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- e. Os critérios previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 somente serão aplicados quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, decline do direito de ofertar lance, serão convocados os demais licitantes enquadrados na mesma situação cujos valores estejam no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação.

10.3. Na hipótese de haver preços idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido sorteio para definição da ordem final de classificação.

10.4. De acordo com o previsto no artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, havendo alguma restrição na regularidade fiscal da Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, será assegurado à mesma, o prazo de 2 (dois) dias úteis, para que a mesma providencie a regularização, cujo prazo, a critério da Administração, poderá ser prorrogado por igual período.

11. DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO:

O Pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente e as que se seguem:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

11.1. Aberta à sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento dos representantes das empresas interessadas, serão recebidos os envelopes e a declaração de pleno atendimento, pelo Pregoeiro.

11.2. Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

11.3. Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Comissão. O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes "A" PROPOSTA DE PREÇOS.

11.4. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste EDITAL e seus anexos, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas na própria sessão pela proponente, por simples manifestação de vontade de seu representante.

11.5. As demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços.

11.6. Havendo empate nos preços ofertados nas propostas escritas, será realizado sorteio para fins de classificação.

11.7. Definida a classificação provisória, será registrada na ata da sessão pública o resumo das ocorrências até então havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas e a fundamentação para sua desclassificação e a ordem de classificação provisória.

11.8. O Pregoeiro abrirá oportunidade para o oferecimento de sucessivos lances verbais aos representantes das licitantes cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento).

11.9. Quando não forem verificadas no mínimo três propostas de preços nas condições definidas no subitem anterior, serão chamadas a dar lances verbais os representantes das empresas que apresentaram as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados.

11.10. O Pregoeiro abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não sejam ofertados novos lances de preços menores aos já existentes.

11.11. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores a proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances de 1% (um por cento), ou a critério do Pregoeiro ou da Comissão, observado o desenrolar da etapa competitiva.

11.12. Não serão aceitos lances cujos valores forem maiores ao último lance que tenha sido anteriormente ofertado, bem como dois lances do mesmo valor, prevalecendo, nesse caso, aquele que foi ofertado primeiro.

11.13. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes deste EDITAL.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

11.14. Declarada encerrada a etapa competitiva, a Comissão procederá à classificação definitiva das propostas exclusivamente pelo critério de menor preço global.

11.15. Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço alcançado, com os parâmetros de preços definidos pela Administração e sua aceitabilidade.

11.16. O/A Pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com a licitante que ofertou o menor preço para que seja obtido preço melhor.

11.17. Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação de habilitação da empresa classificada em primeiro lugar.

11.18. O Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta e documentos apresentados, vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originariamente nos envelopes apresentados. A seu critério, poderá realizar diligências tendentes a esclarecer possíveis dúvidas suscitadas no curso do procedimento, podendo suspender o certame pelo prazo necessário aos esclarecimentos devidos.

11.19. Nessa hipótese, a sessão será suspensa devendo ser designada nova sessão imediatamente após o prazo de suspensão para o devido prosseguimento do Pregão, com a concessão de oportunidade de manifestação de intenção de interposição de recursos após a declaração de vencedor, e a consequente adjudicação. A data da nova sessão será consignada na Ata de suspensão, saindo as licitantes devidamente intimadas.

11.20. Estando a documentação de habilitação incompleta e/ou incorreta e /ou contrariando qualquer dispositivo deste EDITAL e seus anexos e afastada a possibilidade de concessão de prazo do subitem anterior, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

11.21. Sendo considerada inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, prosseguirá a Comissão na abertura do envelope de documentação de habilitação da proponente classificada em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de uma empresa classificada, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.

11.22. Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no EDITAL, a licitante classificada e habilitada, será declarada vencedora do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso as licitantes, nos termos da ítem 11 deste instrumento.

11.23. Na ausência de recursos, após a declaração de vencedora, o pregoeiro lhe adjudicará o objeto do certame, encaminhando o processo, em seguida, à autoridade competente para homologação do procedimento a seu critério.

11.24. Decididos os recursos eventualmente interpostos, observados os tramites legais, será adjudicado o objeto da licitação à licitante vencedora e homologado o certame.

11.25. Os envelopes contendo a documentação relativa à habilitação das licitantes desclassificadas poderão ser devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com a Comissão, até ulterior deliberação.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

11.26. Os envelopes das licitantes classificadas não declaradas vencedoras do certame permanecerão sob custódia da Comissão, até a efetiva formalização da contratação com a proponente adjudicatária.

11.27. Da sessão pública deste Pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registrados todos os atos praticados, a qual, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pelo pregoeiro, demais membros da Comissão de Licitação e pelas licitantes presentes.

12 – DA FASE RECURSAL

12.1 - Declarada a vencedora, as proponentes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões e de igual prazo para as contra-razões, contados a partir do término do prazo da(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.1.1 - As razões de recurso deverão ser protocoladas, no prazo supra, junto a CNTM, situada na Rua Galvão Bueno, 782, 1º subsolo - Liberdade, nos dias úteis, das 10:00 às 16:00 horas.

12.2 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante na sessão pública do pregão, de interpor recurso, importará a decadência do direito para tanto.

12.3 - O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DO TERMO DE CONTRATO

13.1 A CNTM convocará a licitante vencedora para assinar o Termo de Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data de convocação pela CNTM, sob pena de não o fazendo, ser caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes sanções:

13.1.1. Multa de 5% (cinco) por cento do valor do contrato;

13.1.2. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CNTM pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme a autoridade fixar em função da natureza e gravidade da falta cometida;

13.2. O prazo previsto no item 13.1 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CNTM;

13.3. É facultado a CNTM, quando o convocado não assinar o “Termo de Contrato”, ou não aceitar retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos no item 13.1, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada;

13.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de abertura das propostas, caso não ocorra à convocação para assinatura do “Termo de Contrato”, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos;

13.5. O contrato de prestação de serviços terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos da legislação vigente, bem como alterado, exceto no tocante ao seu objetivo.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

14. DA GARANTIA

14.1.A licitante vencedora prestará garantia no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da devida notificação feita pela CNTM, em percentual equivalente a 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, a saber:

- caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- seguro-garantia;
- fiança bancária.

14.2.Em se tratando de Fiança Bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e 835 da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, que instituiu o Código Civil Brasileiro.

14.3.Quando se tratar de caução em dinheiro, deverá ela ser recolhida pelo licitante vencedor junto ao Banco do Brasil, devendo retirar junto a CNTM a carta de encaminhamento.

14.4.No caso da garantia ser prestada através de fiança bancária ou seguro-garantia, a mesma deverá ser renovada sempre que necessário, no mesmo percentual estipulado no subitem 9.1, devidamente atualizada.

14.5.A garantia somente será liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do vencimento do contrato.

14.6.A perda da garantia em favor da CNTM, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

14.7.A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores.

15. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

15.1.Conhecer previamente o local dos serviços e executa-los de acordo com as especificações e as normas técnicas em vigor, através de mão-de-obra qualificada;

15.2.Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes do Projeto Básico;

15.3.Empregar na execução dos serviços, pessoal preparado, legalizado, e quando em serviços, uniformizados e limpos, portando crachá de identificação, de uso obrigatório para acesso às dependências do local de trabalho;

15.4.Manter junto a contratação durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

15.5.Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere a jornada de trabalho e ao pagamento de salários ou pró-labores no prazo previsto em Lei;

15.6.Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de Trabalho de seus empregados e/ou colaboradores, os exames médicos exigidos;

15.7.Prever o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;

15.8.Atender de imediato as solicitações da CNTM quanto às substituições de empregados e/ou colaboradores considerados inadequados para a prestação dos serviços;

15.9.A Contratada está desde já ciente de que deve guardar por si, por seus protestos ou empregados e/ou colaboradores, em relação a informação ou documentos de qualquer natureza, ou que por qualquer forma ou modo venha a tomar conhecimento, o mais absoluto e completo sigilo, ficando, portanto, por força da Lei, civil e/ou criminalmente, responsável por sua indevida divulgação ou incorreta e descuidada utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, desde que devidamente comprovado;

15.10. Exercer controle a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e/ou colaboradores a apresentar relatórios mensais de frequência abatendo faltas e atrasos;

15.11.Relatar à contratada toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;

15.12.Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;

15.13.A contratada deverá oferecer os seguintes benefícios aos seus empregados e/ou colaboradores;

15.13.1.Auxílio - alimentação de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;

15.13.2.Plano de Saúde de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;

15.13.3.O Plano de Saúde deverá aceitar dependentes, à debito do titular, cujo custo não deverá ser superior ao do subitem anterior;

15.13.4.Auxílio – transporte de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;

15.14.Fazer seguro de seus prestadores de serviços contra riscos de acidentes de trabalho;

15.15.Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador apresentando mensalmente a CNTM, a comprovação do recolhimento dos recolhimentos dos encargos sociais referente a força de trabalho alocado às atividades



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

objeto desta contratação desta contratação, sem a qual, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas a CNTM para liquidação;

15.16. Indenizar por qualquer prejuízo causado a CNTM ou á terceiros, no cumprimento e execução dos serviços, obrigando-se a critério da CNTM, a reparar os danos causados;

15.17. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados e/ou colaboradores quanto para a execução dos serviços em si;

15.18. Responsabilizar-se pela má execução dos serviços contratados mesmo que resultante da ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante;

15.19. É vedada a subempreitada dos serviços;

15.20. Permitir a fiscalização diária da frequência dos empregados e/ou colaboradores, em serviço nas dependências da CNTM, a fim de comprovar o atendimento da escala de distribuição do pessoal, bem como do efetivo contratado;

15.21. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados e/ou colaboradores, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;

15.22. Facilitar a fiscalização procedida pelos órgãos competentes, no cumprimento de normas, cientificando a CNTM, o resultado das inspeções;

15.23. Providenciar para que todos os seu empregados e/ou colaboradores cumpram as normas internas relativas á segurança dos Edifícios onde serão executados os serviços;

15.24. Providenciar para que todos os seus empregados e/ou colaboradores sejam portadores de carteira de saúde atualizado, bem como realizar exames médicos periódicos em todos eles;

15.25. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

16.1. A CNTM exercerá a fiscalização dos serviços através de coordenadores por ele designados, os quais decidirão pela aceitação ou não dos serviços prestados;

16.2. Notificar, por escrito, à Contratada, possíveis ocorrências de eventuais imperfeições dos serviços executados, fixando prazo para sua correção;

16.3. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;

16.4. Observar para que durante toda a vigência, sejam mantidas em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas da licitação.

17. DAS PENALIDADES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

17.1. Em casos de inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às seguintes penalidades:

17.1.2. Advertência;

17.1.3. Multa administrativa no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global dos produtos, por dia de atraso na entrega ou se os mesmos forem entregues em condições diversas das pactuadas, a não ser por motivo de força maior definido em Lei e reconhecido pela CNTM;

17.1.4. O valor da multa referida no subitem anterior será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na CNTM em favor da Contratada. Caso as mesmas sejam superiores ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada judicialmente, se necessário;

17.1.5. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CNTM, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme da autoridade fixar em função da natureza da gravidade da falta cometida;

17.1.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

17.2. A critério da CNTM, as penalidades previstas nos subitens 17.1.2, 17.1.5. e 17.1.6, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos subitem 17.1.3;

18- DO PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis do mês subsequente ao da prestação de serviços;

18.2. O prazo para o pagamento será contado a partir da data de protocolização da Nota Fiscal/Recibo, após o devido atesto pelo responsável designado pela CONTRATANTE;

18.3. A Contratada deverá dar entrada na documentação para pagamento, a partir da efetiva prestação dos serviços;

18.4. No caso de devolução da Nota Fiscal/Recibo para correção, o prazo de pagamento estipulado no subitem 18.1. deste instrumento, passará a ser contado a partir da data de reapresentação dos referidos documentos;

18.5. O pagamento não será efetuado à Contratada antes de paga ou relevada a multa que lhe tenha sido aplicada, se for o caso;

18.6. O pagamento será efetuado em favor da Contratada, através de cheque nominativo contra o Banco do Brasil S.A.;

19- DO CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis;

20- DIREITOS E OBRIGAÇÕES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

20.1.Eventuais impugnações ao edital deverão ser dirigidas ao pregoeiro e protocoladas nos dias úteis, das 09:00 às 13:00 horas, na rua Galvão Bueno nº 782, 1º Sub-solo, Liberdade, São Paulo/SP, na forma e nos prazos previstos nas disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

20.2.Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

20.3.Se o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.

20.4.A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente;

21-DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1.Os serviços serão prestados a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, nos locais abaixo especificados:

Agência de Serviços de Emprego – Unidade Liberdade
Rua Galvão Bueno nº 782 – 1º subsolo, Liberdade, São Paulo (SP).

Agência de Serviços de Emprego – Unidade Santo Amaro
Rua Barão do Rio Branco, 864, Santo Amaro, São Paulo (SP).

22-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1.As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos alocados no Orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, fonte de recurso 0100, Programas de Trabalho 11.333.0099.2550.0001/11.331.0099.2633.0001, Elemento de Despesa 33.50.41 (Convênio MTE / SPPE / CODEFAT nº 101/2008), firmado em 31/12/2008, entre o Ministério do Trabalho e Emprego, e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM;

23-DA ANULAÇÃO E REVOGAÇÃO

23.1.A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar sua revogação, e anulada por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito devidamente fundamentado;

23.2.A anulação da presente licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

23.3.A nulidade da presente licitação induz a nulidade do respectivo contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 59 da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações;

23.4.No caso de revogação ou anulação da presente licitação fica assegurado o contraditório e a ampla defesa;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

23.5.Existindo qualquer alteração nesta Licitação durante a vigência do prazo correspondente, implicitamente, o mesmo será prorrogado por número de dias igual ao decorrido do aviso inicial, usando-se para a divulgação os meios utilizados de início;

23.6.A CNTM poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos de indenização ou reembolso.

24-DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1.A participação na presente licitação implica na concordância, por parte da licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

24.2.Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

24.3.Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando estiver explicitamente disposto em contrário.

24.4.Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na CNTM.

24.5.É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade superior da CNTM, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

24.6.O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a exata compreensão de sua proposta e a perfeita aferição de sua qualificação.

24.7.As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

24.8.Após a abertura da sessão pública não caberá desistência da proposta, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

24.9.Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração da proposta ou pela apresentação de documentação exigida no presente Edital. Da sessão pública, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

24.10.Em razão de eventuais alterações estruturais na CNTM, poderá haver modificações nos locais de execução dos serviços objeto deste Edital, caso em que a empresa contratada será notificada a promover as mudanças necessárias.

24.11.A adjudicação à licitante vencedora e a homologação desta licitação pela autoridade competente não implicam direito à contratação.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

24.12.É vedado à empresa contratada caucionar ou utilizar o contrato objeto da presente licitação para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da CNTM.

24.12.No caso de fusão, cisão ou incorporação da empresa vencedora da licitação, a CNTM deverá ser comunicada por escrito sobre estas mudanças, e só aceitará a nova empresa se destas transformações não resultarem prejuízos a execução dos serviços.

24.13.Não será admitida a sub-contratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto da presente licitação e do futuro contrato.

24.14.A fusão, cisão ou incorporação só serão admitidas, com o consentimento prévio e por escrito do CONTRATANTE e desde que não afetem a boa execução do Contrato.

24.15.A contratada prestará todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

24.16.O cadastramento da proposta de preços implica em pleno e total conhecimento das condições dos locais onde serão executados os serviços, bem como do Edital e seus anexos, necessários ao perfeito cumprimento da execução dos serviços.

24.17.Qualquer impugnação a ser interposta contra o Edital deverá ser protocolizada no setor Administrativo da CNTM em São Paulo, situada na Rua Galvão Bueno 782, 1º subsolo, Liberdade nos dias úteis, no horário das 8:00 às 13:00 horas.

24.18.Caso seja necessária qualquer alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão Presencial, este será novamente divulgado pelos mesmos meios que o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas. (artigo 20 do Decreto nº 5.450/2005)

24.19.Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na legislação que rege o presente certame, mencionada no preâmbulo deste Edital.

24.20.Fazem parte integrante do presente Pregão–Presencial:

Anexo I – Projeto Básico;

Anexo II – Planilha de Composição de Preço;

Anexo III – Modelo de Credenciamento;

Anexo IV– Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo V – Declaração de Fatos Impeditivos;

Anexo VI – Declaração de Inexistência de Empregado Menor;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

Anexo VII – Declaração de Vistoria;

Anexo VIII – Minuta de Contrato;

São Paulo (SP), 05 de Junho de 2.009.

Gildo Bezerra da Rocha
Presidente da CEL/CNTM



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO I

PROJETO BÁSICO

1. OBJETO

- 1.1. Contratação de prestadora de serviços para execução de serviços de vigilância armada e desarmada para as Agências de Serviços de Emprego da CNTM.

2. DO PESSOAL E DO REGIME DE TRABALHO

- 2.1. Para execução dos serviços deverá ser empregado o total de funcionários e/ou colaboradores em quantidade suficiente para tender ao preenchimento dos postos, observando-se a legislação em vigor no que se refere às cargas horárias a serem cumpridas, distribuídos pelas seguintes categorias:

- a) 02 postos diurnos desarmados de 12:00 horas, masculinos de 2ª a 6ª feira (Unidade Liberdade);
- b) 01 posto diurno desarmado de 12:00 horas, masculino, de 2ª a domingo (Unidade Santo Amaro);
- c) 01 posto noturno armado de 12:00 horas, masculino de 2ª a domingo (Unidade Santo Amaro);

3. ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 3.1. Os serviços de que trata o presente edital, compreendem:

- a) Manter-se sempre no posto de trabalho, e realizar apenas atividades relacionadas com o trabalho pertinente;
- b) Verificar se todas as portas das dependências do Contrato estão trancadas, no final de cada expediente, anotando aquelas que permanecerem abertas para posterior comunicação a Contratante;
- c) Fiscalizar a movimentação de bens e pessoas no interior das dependências do Contratante, comunicando qualquer irregularidade a Contratante;
- d) Apresentar-se devidamente e tratar convenientemente autoridades, servidores e visitantes;
- e) Orientar o público visitante da exata localização das dependências da Contratante;
- f) Nunca entrar em atrito ou confronto, de qualquer natureza, com outros funcionários, servidores ou visitantes da casa, buscando em caso de dúvida ou falta de competência para decidir sobre certas questões, o apoio e orientação de sua chefia;
- g) Ao chegar ao posto de trabalho, receber e passar o serviço, citando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- h) Não abandonar seu posto, a não ser em casos de extrema necessidade ou de caráter emergencial, comunicado esse fato, o mais rápido possível, à sua chefia imediata;

4. MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

- 4.1. É de responsabilidade da Contratada o fornecimento de todo o material e equipamento tais como: rádios HT, uniformes, agasalhos, sapatos e afins, bem como qualquer outro material caso a empresa julgue necessário após vistoria técnica para a execução dos serviços.

- 4.2. Os materiais/equipamentos fornecidos pela Contratada deverão ser adequados aos serviços e de boa qualidade, devendo ainda, antes de sua utilização, serem aprovados pela Contratante.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO II

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS (*) E PROPOSTA DE PREÇOS

1- REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR (____%) R\$_____

2- ENCARGOS SOCIAIS (Incidentes s/ remuneração) (____%) R\$_____

GRUPO A (____%) R\$_____

01 – INSS (____%) R\$_____

02 – SESI, SESC OU SESCOOP (____%) R\$_____

03 – SENAI ou SENAC (____%) R\$_____

04 – INCRA (____%) R\$_____

05 – Salário educação (____%) R\$_____

06 – FGTS (____%) R\$_____

07 – Seguro acidente de trabalho / SAT / INSS (____%) R\$_____

08 – SEBRAE (____%) R\$_____

GRUPO B (____%) R\$_____

09 – Férias (____%) R\$_____

10 – Auxílio – doença (____%) R\$_____

11 – Licença maternidade / paternidade (____%) R\$_____

12 – Faltas legais (____%) R\$_____

13 – Acidentes de trabalho (____%) R\$_____

14 – Aviso – prévio (____%) R\$_____

15 – 13º salário (____%) R\$_____

GRUPO C (____%) R\$_____

16 – Aviso prévio indenizado (____%) R\$_____

17 – Indenização adicional (____%) R\$_____

18 – Indenização (rescisões sem justa causa) (____%) R\$_____

GRUPO D (incid. enc. Grupo A s/ itens grupo B) (____%) R\$_____

GRUPO E(incid. enc. Grupo A, exceto item 6, x/ itens 16 e 17) (____%) R\$_____

1 + 2 (Remuneração + Encargos Sociais) (____%) R\$_____

3 – INSUMOS (____%) R\$_____

01 – Uniformes (____%) R\$_____

02 – Equipamentos (____%) R\$_____



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

03 – Auxílio transporte	(____) % R\$ _____
04 – Auxílio refeição	(____) % R\$ _____
05 – Treinamento e/ou reciclagem de pessoas	(____) % R\$ _____
06 – Seguro de vida em grupo	(____) % R\$ _____
07 – Outros (Especificar)	(____) % R\$ _____

4 – DEMAIS COMPONENTES (____) % R\$ _____

01 – Lucro ou sobra	(____) % R\$ _____
02 – Despesas administrativas / operacionais	(____) % R\$ _____

5 – TRIBUTOS (SOBRE O FATURAMENTO) (____) % R\$ _____

01 – COFINS	(____) % R\$ _____
02 – PIS	(____) % R\$ _____
03 – Contribuição Social	(____) % R\$ _____
04 – IR	(____) % R\$ _____
05 – ISS	(____) % R\$ _____
06 – Outros	(____) % R\$ _____

PREÇO MENSAL TOTAL (____) % R\$ _____

01 – Remuneração	(____) % R\$ _____
02 – Encargos Sociais	(____) % R\$ _____
03 – Insumos	(____) % R\$ _____
04 – Demais Componentes	(____) % R\$ _____
05 – Tributos	(____) % R\$ _____



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

PROPOSTA PREÇOS

À

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

Pregão Presencial Nº000/09

Processo Nº 000/09

ABERTURA: dia ----/----/---- – 00:00 horas

A empresa, estabelecida na,
nº, C.N.P.J. nº, telefone:, FAX:,
Bairro, Cidade:, Estado:, e-
mail:, pelo presente, propõe a prestação de serviços do
objeto adiante, descrito no Anexo I, nas seguintes condições:

ITEM	DESCRIÇÃO	N.º DE POSTOS (1)	DIAS TRABALHA- DOS (2)	PREÇO UNITÁRIO Posto Dia (R\$) (3)	TOTAL (R\$) (4)=(1)X(2)X(3)
01	Postos de 12 horas diárias, diurno , 2ª a sexta	02	260		
02	Postos de 12 horas diárias, diurno , 2ª a domingo.	01	365		
03	Postos de 12 horas diárias, noturno , 2ª a domingo.	01	365		

- Validade de Proposta: 60 (sessenta) dias.
- Condições de Pagamento: 30 (trinta) dias corridos.
- Declaramos total concordância com as condições da presente licitação.

Nome/R.G. e assinatura do representante legal da licitante



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

Local e data



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE INSTRUMENTO DE CREDENCIAMENTO

Pelo presente instrumento, a (nome da pessoa jurídica)., CNPJ nº....., com sede na, Através de seu representante legal infra-assinado, credencia (a) Sr(a)....., portador da cédula de identidade RG nº....., expedida pela, outorgando-lhe plenos poderes para representá-la na sessão pública do Pregão Presencial nº ____/____, em especial para formular lances verbais, para interpor recursos ou deles desistir.

São Paulo, de de 2009.

(assinatura)

(nome do representante legal da empresa proponente)

Obs.: Esta declaração deverá ser preenchida em papel timbrado da empresa proponente e assinada pelo (s) seu(s) representante (s) legal (is) ou procurador devidamente habilitado (COM FIRMA RECONHECIDA).



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO (Papel Preferencialmente Timbrado da Empresa Licitante)

À

Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos - CNTM

PREGÃO PRESENCIAL nº ____/ 2008

Prezados Senhores:

Pela presente, (nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ - sediada no (endereço completo) _____, declara, sob as penas da lei e para efeito de cumprimento ao estabelecido no inciso VII do artigo 4º da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conhecer e aceitar as condições constantes do Pregão nº ____/2008 e seus anexos e, que atende plenamente os requisitos de habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

São Paulo, de de 2009.

(assinatura)

(nome do representante legal da proponente)



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO V

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ Nº _____,
sediada _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas
da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo
licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

Local e Data

Assinatura do representante legal da empresa

Nome do Representante Legal da Empresa: _____

Número do Documento de Identidade e Órgão Emissor: _____



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADO MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

Ref.: Pregão nº...da CNTM

(nome da licitante), inscrita no CNPJ sob o nº....., por intermédio de seu representante legal o Sr....., inscrito no CPF/MF sob o nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, bem como no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz.

Data,

Nome do Representante
RG:



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO VII

DECLARAÇÃO VISTORIA

(RAZÃO SOCIAL E/OU NOME DA PRESTADORA DE SERVIÇO) _____, CNPJ: _____, sediada, _____ (ENDEREÇO COMPLETO) _____, declara que tomou conhecimento de todas as informações e das condições dos locais para realização dos serviços licitados, através de vistoria para habilitação do Edital de Licitação, Tomada de Preços 000/2009.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração para que produza seus efeitos de direito.

São Paulo (SP), ____ de _____ de 2009.

Ass. Do Representante Legal

Nome do Representante Legal: _____

Nº do documento de identidade e Órgão Emissor _____

Atesto que a vistoria foi realizada
(Liberdade) São Paulo (SP), ____/____/2009.

Atesto que a vistoria foi realizada
(Sto Amaro) São Paulo (SP),
____/____/2009.

Ass. E nome do funcionário responsável

Ass. E nome do funcionário responsável



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

ANEXO VIII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS – CNTM E A EMPRESA ----- PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA NO ÂMBITO DO CONVÊNIO MTE/SPPE/CODEFAT Nº 101/2008.

CONTRATANTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS – CNTM, CNPJ n.º 03.637.311/0001-54, com sede na S.A. S. Quadra 6 Bloco “K” - Ed. Belvedere - 5º andar - Grupo 502 - CEP 70.070-915 – Brasília - DF, doravante denominada CONTRATANTE, representada pelo Senhor _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da Cédula de Identidade RG n.º _____, expedida pela _____, residente e domiciliado em _____, consoante competência que lhe foi delegada pelo _____.

CONTRATADA: _____ CNPJ n.º _____, com sede na _____, doravante denominada CONTRATADA, representada pelo _____, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da Cédula de Identidade n.º _____, expedida pela _____, residente e domiciliado em _____, e de acordo com as formalidades constantes do Processo n.º _____ RESOLVEM, celebrar o presente Contrato de Prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, de conformidade com o dispositivo instituído pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações e demais normas que regem a espécie, às quais as partes sujeitam-se a cumprir, mediante os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada e desarmada nas dependências das Agências de Serviços de Emprego da CNTM, onde serão executadas as ações inerentes ao Sistema Nacional de Emprego – SINE conforme previsto no Convênio MTE/SPPE/CODEFAT n.º 101/2008, celebrado entre a CNTM e o Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o Edital de Pregão Presencial n.º _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Faz parte integrante do presente contrato, independentemente e sua transcrição, O Edital de Licitação, Pregão Presencial n.º _____, seus Anexos, a proposta da Contratada e demais peças que constituem o Processo n.º _____.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

A forma de execução do presente Contrato será a indireta.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

I – São obrigações da CONTRATANTE

- a. A CNTM exercerá a fiscalização dos serviços através de coordenadores por ele designados, os quais decidirão pela aceitação ou não dos serviços prestados;
- b. Notificar, por escrito, à Contratada, possíveis ocorrências de eventuais imperfeições dos serviços executados, fixando prazo para sua correção;
- c. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
- d. Observar para que durante toda a vigência, sejam mantidas em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas da licitação.

II – São obrigações da CONTRATADA

- a. Conhecer previamente o local dos serviços e executa-los de acordo com as especificações e as normas técnicas em vigor, através de mão-de-obra qualificada;
- b. Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços constantes do Projeto Básico;
- c. Empregar na execução dos serviços, pessoal preparado, legalizado, e quando em serviços, uniformizados e limpos, portando crachá de identificação, de uso obrigatório para acesso às dependências do local de trabalho;
- d. Manter junto a contratação durante os turnos de trabalho, elementos capazes de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- e. Cumprir a legislação trabalhista, previdenciária e social, inclusive no que se refere a jornada de trabalho e ao pagamento de salários ou pró-labores no prazo previsto em Lei;
- f. Realizar às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto na admissão como durante a vigência do contrato de Trabalho de seus empregados e/ou colaboradores, os exames médicos exigidos;
- g. Prever o pessoal necessário para garantir a execução dos serviços, nos regimes contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença falta ao serviço, demissão e outros análogos, obedecidas as disposições da legislação trabalhista vigente;
- h. Atender de imediato as solicitações da CNTM quanto às substituições de empregados e/ou colaboradores considerados inadequados para a prestação dos serviços;
- i. A Contratada está desde já ciente de que deve guardar por si, por seus protestos ou empregados e/ou colaboradores, em relação a informação ou documentos de qualquer natureza, ou que por qualquer forma ou modo venha a tomar conhecimento, o mais absoluto e completo sigilo, ficando, portanto, por força da Lei, civil e/ou criminalmente, responsável por sua indevida divulgação ou incorreta e descuidada utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa, desde que devidamente comprovado;
- j. Exercer controle a assiduidade e a pontualidade de seus empregados e/ou colaboradores a apresentar relatórios mensais de frequência abatendo faltas e atrasos;

SEDE PRÓPRIA – S.A. S. Quadra 6 Bloco “K” – Ed. Belvedere - 5º andar - Grupo 502 - CEP 70.070-915 Tel.: (0xx61) 3223-5600 - Fax.: (0xx61) 3321-8455 – Brasília- DF

ESCRITÓRIO SÃO PAULO – Rua Galvão Bueno, 782 – 1º subsolo – Liberdade – CEP 01506-000 Tel.: (0xx11) 3347-4036 – Fax: (0xx11) 3347-4151 – São Paulo - SP

Site: www.cntm.org.br ; www.cst.org.br (SP) - CNPJ 03.637.311/0001-54



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

- k. Relatar á contratada toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação de serviços;
- l. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, cujas reclamações se obriga prontamente a atender;
- m. A contratada deverá oferecer os seguintes benefícios aos seus empregados e/ou colaboradores;
- n. Auxílio - alimentação de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;
- o. Plano de Saúde de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;
- p. O Plano de Saúde deverá aceitar dependentes, á debito do titular, cujo custo não deverá ser superior ao do subitem anterior;
- q. Auxílio – transporte de acordo de acordo com a Convenção Coletiva da Categoria, apresentar documento comprobatório;
- r. Fazer seguro de seus prestadores de serviços contra riscos de acidentes de trabalho;
- s. Arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e de quaisquer outros em decorrência da sua condição de empregador apresentando mensalmente a CNTM, a comprovação do recolhimento dos recolhimentos dos encargos sociais referente a força de trabalho alocado ás atividades objeto desta contratação desta contratação, sem a qual, não serão liberados os pagamentos das faturas apresentadas a CNTM para liquidação;
- t. Indenizar por qualquer prejuízo causado a CNTM ou á terceiros, no cumprimento e execução dos serviços, obrigando-se a critério da CNTM, a reparar os danos causados;
- u. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados e/ou colaboradores quanto para a execução dos serviços em si;
- v. Responsabilizar-se pela má execução dos serviços contratados mesmo que resultante da ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do Contratante;
- w. É vedada a subempreitada dos serviços;
- x. Permitir a fiscalização diária da freqüência dos empregados e/ou colaboradores, em serviço nas dependências da CNTM, a fim de comprovar o atendimento da escala de distribuição do pessoal, bem como do efetivo contratado;
- y. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados e/ou colaboradores, quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade;
- z. Facilitar a fiscalização procedida pelos órgãos competentes, no cumprimento de normas, cientificando a CNTM, o resultado das inspeções;



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

- aa. Providenciar para que todos os seu empregados e/ou colaboradores cumpram as normas internas relativas á segurança dos Edifícios onde serão executados os serviços;
- bb. Providenciar para que todos os seus empregados e/ou colaboradores sejam portadores de carteira de saúde atualizado, bem como realizar exames médicos periódicos em todos eles;
- cc. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos – CNTM, nos locais abaixo especificados:

Agência de Serviços de Emprego – Unidade Liberdade

Rua Galvão Bueno nº 782 – 1º subsolo, Liberdade, São Paulo (SP).

Agência de Serviços de Emprego – Unidade Santo Amaro

Rua Barão do Rio Branco, 864, Santo Amaro, São Paulo (SP).

CLÁUSULA SEXTA – DO HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão prestados nos locais determinados pela Contratante no horário de 07:00 horas às 19:00 horas e das 19:00 horas às 7:00 horas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Para o acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços objeto deste Contrato será designado pelo Presidente da CNTM um representante, nos termos do art. 67 da Lei nº. 8.666, de 1993, e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor mensal estimado de R\$ _____(_____), totalizando durante toda a sua vigência a importância estimada de _____(_____)

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado mensalmente, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Folha Fiscal e Notas Fiscais/Faturas, emitidas em moeda corrente do país, correspondente aos serviços executados e aceitos, por local de trabalho, acompanhada das guias de recolhimento dos encargos sociais correspondente ao número de empregados utilizados na prestação de serviços, atestada pela autoridade competente e de conformidade ao discriminado na proposta da contratada.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA por meio de ordem bancária no Banco _____, Agência nº _____, Conta Corrente nº _____.

Parágrafo Segundo - A CONTRATANTE reterá na fonte, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), bem assim a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA em cumprimento ao disposto no artigo 64, da Lei n.º 9.430, de 27/12/96, e na Instrução Normativa n.º 306, de 12 de março de 2003, da Secretaria da Receita Federal – SRF.

Parágrafo Terceiro - Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente em favor da CONTRATADA, ou deduzido da garantia contratual (a qual deverá, neste caso, ter seu valor reposto em até 15 dias corridos); se, eventualmente, o valor da multa for superior ao crédito ou garantia existentes, a diferença será cobrada de forma administrativa ou judicialmente, se necessário.

Parágrafo Quarto - Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes formulas:

$$I = (TX/100) \times 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos e irreajustáveis durante toda a execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA

Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos deste Contrato, a CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total inicial estimado do contrato, cabendo-lhe optar por qualquer uma das opções conforme prevista no §1º do art. 56 da Lei 8.666, de 1993.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá repor, no prazo de 15 (quinze) dias, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo - A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e total adimplemento das Cláusulas avençadas.

Parágrafo Terceiro - Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA, pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução deste Contrato, no valor estimado de R\$ _____(_____), correrão à conta dos recursos alocados no Orçamento do Fundo de Amparo ao Trabalhador, fonte de recurso 0100, Programa de Trabalho 11.333.0099.2550.0001/11.331.0099.2633.0001, Natureza de Despesa 33.50.41 (Convênio/MTE/SPPE/CODEFAT/Nº 0101/2008), firmado em 31 de Dezembro de 2.008, entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo, nos termos do Inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93, bem como alterado exceto no tocante ao seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que, a critério da CNTM, sejam necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste Contrato, ressalvadas as supressões resultante de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

O não cumprimento de qualquer das cláusulas e condições pactuadas neste instrumento ou a sua inexecução, implicará na sua rescisão por denúncia da parte prejudicada, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme dispõem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, erro de execução, mora na execução, sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de mora no percentual de 0,3 (zero vírgula três por cento) por dia de atraso no descumprimento das obrigações assumidas incidente sobre o valor total do Contrato, que será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação até a data do efetivo adimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;
- c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, após decorridos 30 (trinta) dias sem que a Contratada tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, ensejando a sua rescisão, sem prejuízo ainda da cobrança da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.
- d) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a CNTM, pelo prazo de até 02 (dois) anos, conforme da autoridade fixar em função da natureza da gravidade da falta cometida;

SEDE PRÓPRIA – S.A. S. Quadra 6 Bloco “K” – Ed. Belvedere - 5º andar - Grupo 502 - CEP 70.070-915 Tel.: (0xx61) 3223-5600 - Fax.: (0xx61) 3321-8455 - Brasília- DF

ESCRITÓRIO SÃO PAULO – Rua Galvão Bueno, 782 – 1º subsolo – Liberdade – CEP 01506-000 Tel.: (0xx11) 3347-4036 – Fax: (0xx11) 3347-4151 – São Paulo - SP

Site: www.cntm.org.br ; www.cst.org.br (SP) - CNPJ 03.637.311/0001-54



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS

RECONHECIDA PELO DECRETO Nº 96.469 DE 4 DE AGOSTO DE 1988

FILIADA À: FORÇA SINDICAL e FITIM

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

Parágrafo Primeiro - A critério da CONTRATANTE, as sanções previstas nos incisos “a, d, e”, desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos “b” e “c”, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

Parágrafo Segundo - Se a multa aplicada, for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos relacionados a este Contrato regular-se-ão pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55, inciso XII, da Lei nº 8.666, de 1993, bem como a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 8 de agosto de 2000, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001, Decreto nº 3.784, de 06 de junho de 2001 e IN/MP nº 02, de 30 de abril de 2008.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93, com as suas posteriores alterações.

CLÁUSULA – DÉCIMA NONA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Contrato.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se este Contrato em três vias, que são assinadas pelas partes, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

São Paulo (SP), de de 2.009.

PELA CONTRATANTE

PELA CONTRATADA

TESTEMUNHAS

RG: _____

RG: _____